Duque de Caxias, São João de Meriti e Nova Iguaçu fecham acordo conjunto histórico

Acordo prevê troca de tecnologias, experiências e estratégias para ampliar a recuperação de dívidas

DIVULGAÇÃO



Iniciativa avança a integração entre órgãos responsáveis pela consultoria jurídica e pela defesa dos interesses municipais

Em iniciativa inédita de integração institucional na Baixada Fluminense, as Prefeitura de Duque de Caxias, Nova Iguaçu e São João de Meriti assinaram, na última sexta-feira (13), um Acordo de Cooperação Técnico-Jurídico. A parceria estabelece uma atuação colaborativa e permanente entre as Procuradorias-Gerais dos três municípios, com foco na inovação, no fortalecimento da gestão pública e na construção de soluções conjuntas para desafios da administração municipal.

A iniciativa representa um avanço na integração entre os órgãos responsáveis pela consultoria jurídica, pelo controle de legalidade e pela defesa dos interesses dos municípios. Por meio do compartilhamento de conhecimentos, experiências e ferramentas de trabalho, a cooperação busca modernizar procedimentos, ampliar a eficiência administrativa, fortalecer a segurança jurídica e aprimorar a proteção do patrimônio público.

O acordo prevê a atuação conjunta em quatro eixos estratégicos: Tecnologia e Inovação; Produção Jurídica e Gestão do Conhecimento; Atividades Intelectuais e Capacitação; e Inteligência Fiscal e Recuperação de Crédito. As frentes de trabalho permitirão o desenvolvimento de soluções inovadoras, o intercâmbio de informações e a elaboração de estratégias para melhorar o desempenho das administrações municipais.

Outro ponto importante da parceria é a possibilidade de propor medidas administrativas regionalizadas e construir respostas integradas para questões de interesse público que ultrapassam os limites territoriais de cada cidade. A cooperação também pretende fortalecer as iniciativas de recuperação de créditos públicos, contribuindo para a proteção do erário e o aumento da capacidade financeira dos municípios.

Além dos avanços na atuação jurídica, a integração institucional abre espaço para a troca de experiências entre os profissionais, a realização de atividades técnicas e a capacitação permanente das equipes, promovendo a modernização das estruturas públicas e a qualificação dos serviços prestados à população.

Com a formalização do acordo, Duque de Caxias, Nova Iguaçu e São João de Meriti consolidam uma importante união de esforços em favor de uma gestão pública mais moderna, eficiente e integrada. A iniciativa reforça o entendimento de que a cooperação entre os municípios é um caminho estratégico para enfrentar desafios comuns, otimizar recursos e desenvolver políticas administrativas alinhadas aos interesses da população da Baixada Fluminense.

– Esse acordo representa um passo muito importante para o fortalecimento das instituições públicas e da gestão municipal. Estamos unindo esforços, conhecimento técnico e experiências para construir soluções inovadoras, compartilhar boas práticas e enfrentar desafios que são comuns aos municípios. A integração entre as Procuradorias amplia nossa capacidade de atuação, fortalece a segurança jurídica e contribui diretamente para uma administração pública mais eficiente, moderna e comprometida com o interesse coletivo – afirmou o Procurador-Geral de Duque de Caxias, Fabrício Gaspar.

– As prefeituras enfrentam desafios jurídicos e financeiros semelhantes, e não faz sentido que cada município precise desenvolver soluções isoladamente. Ao unir as três Procuradorias, podemos aproveitar ferramentas e experiências que já deram certo, reduzir custos operacionais e tornar os processos mais eficientes. Essa cooperação também fortalece nossa capacidade de atuação jurídica e permite desenvolver estratégias conjuntas para enfrentar problemas comuns. O importante é que esse trabalho produza resultados concretos para os municípios e para os cidadãos – destacou o procurador-geral de Nova Iguaçu, João Bosco Won Held Gonçalves de Freitas Filho.

II Festa Literária Afro de Magé reuniu cultura e conscientização

PMM



Evento buscou incentivar a conscientização social de alunos e professores

A Prefeitura de Magé, por meio da Secretaria Municipal de Educação, realizou na última semana a II Festa Literária Afro de Magé (FLAM). O evento aconteceu na Escola Municipal Geralda Izaura Ferreira Telles e reuniu alunos, profissionais da educação, escritores e convidados em uma programação voltada à cultura afro-brasileira e à educação antirracista. A FLAM contou com atividades ao longo dos dois dias, entre apresentações culturais, encontros literários, oficinas e debates. A abertura teve apresentações de capoeira e maculelê, além de contação de histórias para as crianças. A programação também recebeu a escritora Cristiana Santos, contadora de histórias de ancestralidade tupinambá, e o historiador e artista plástico Remy Branco, que fez uma oficina de quadrinhos.

O secretário municipal de Educação, Bruno Lourenço, destacou a importância da festa. "A FLAM cria um espaço para que os nossos alunos tenham contato com histórias, autores e manifestações culturais que também fazem parte da formação da nossa sociedade. Esse trabalho não pode ficar restrito a uma data específica. Ele precisa estar presente na escola, na leitura e nas atividades pedagógicas", afirmou.

Nova Iguaçu cobra R$ 1 milhão da Light na Justiça pós-apagão

A Prefeitura de Nova Iguaçu entrou com uma ação civil pública contra a Light, cobrando R$ 1 milhão por danos morais coletivos após os apagões provocados pelo temporal do último sábado (7), que deixou cerca de 85 mil imóveis sem energia elétrica. O município também pede multa diária de R$ 100 mil caso a concessionária descumpra as determinações judiciais. A medida foi tomada diante da demora no restabelecimento do serviço e da falta de equipes suficientes para atender às ocorrências. Levantamentos feitos a partir de dados disponibilizados pela própria Light identificaram interrupções de até 74 horas em bairros como Cabuçu, Campo Alegre, Austin e Centro. Em diversas localidades, os chamados permaneciam classificados como "em preparação", mesmo depois de mais de 24 horas sem energia e sem equipes designadas.

Os registros mostram ainda que, entre quase 100 ocorrências com mais de 24 horas de interrupção, apenas duas estavam em execução. Mais de 48 horas após a tempestade, cerca de 13 mil imóveis, nove escolas municipais e três unidades básicas de saúde continuavam sem fornecimento de energia.

A ação também exige que a Light apresente um plano emergencial para situações de crise, com definição de equipes, rotas de atendimento e prazos para restabelecimento da energia. A concessionária deverá ainda apresentar relatórios diários sobre os serviços realizados e as ocorrências pendentes, além de adotar medidas permanentes para melhorar sua estrutura de atendimento e evitar que os problemas se repitam.